

GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

ISSN 2177-3688

**O USO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS POR BIBLIOTECÁRIOS COMO FONTE DE PESQUISA
PARA A ÁREA JURÍDICA**

***THE USE OF SCIENTIFIC JOURNALS BY LIBRARIANS AS A SOURCE OF RESEARCH FOR THE
LEGAL AREA***

Ana Paula de Rezende - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Carla Floriana Martins - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Yluska Bambirra Assunção - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Celsiane Aline Vieira Araujo - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa exploratória de natureza aplicada sobre o uso da comunicação científica, representada nos periódicos científicos da área do direito, pelos bibliotecários que atuam com informação e documentação jurídica em seu ambiente de trabalho. Teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre o uso de periódicos científicos como fonte de informação por esses profissionais. O instrumento da coleta de dados foi aplicação de questionário on-line a um grupo de bibliotecários jurídicos. Analisou-se alguns aspectos relacionados aos motivos declarados pelos bibliotecários para o uso destes periódicos. Como resultado, identificou-se a importância do papel do bibliotecário como disseminador de informações científicas e a oportunidade de ampliação do conhecimento e da utilização dessa fonte de informações confiáveis entre esses profissionais. Considera-se que, apesar de os bibliotecários conhecerem e utilizarem periódicos científicos, ainda podem ampliar o atendimento qualificado, promovendo cursos, divulgando a ciência e fortalecendo o seu papel na sociedade.

Palavras-chave: periódicos jurídicos; bibliotecários jurídicos; comunicação científica.

Abstract: This article presents partial results of an exploratory research of an applied nature on the use of scientific communication, represented in scientific journals in the area of law, by librarians who work with information and legal documentation in their work environment. It aimed to deepen knowledge about the use of scientific journals as a source of information by these professionals. The data collection instrument was the application of an online questionnaire to a group of legal librarians. Some aspects related to the reasons declared by librarians for using these periodicals were analyzed. As a result, the importance of the librarian's role as a disseminator of scientific information and the opportunity to expand knowledge and use of this source of reliable information among these professionals was identified. It is considered that, although librarians know and use scientific journals, they can still expand qualified service, promoting courses, disseminating science and strengthening their role in society.

Keywords: legal periodicals; law librarians; scientific communication.

1 INTRODUÇÃO

Diante do acontecimento da pandemia do Covid-19, no decorrer do ano de 2020, em que se evidenciou a necessidade da ciência para solucionar o estado pandêmico mundial, transcorreu um crescimento da demanda pelas pesquisas e seus dados. Urge a busca do conhecimento por toda a sociedade sobre as informações oriundas de pesquisas científicas. Esse movimento apontou para o fortalecimento e mais investimento nas pesquisas, tendo como repercussão, a contribuição para o aumento da produção científica.

Especificamente na área do Direito, aqui tratada como área jurídica, ampliar a discussão sobre a produção científica é fundamental, pois como afirma Vanti (2002), analisar a produção científica contribui na elaboração de um diagnóstico das reais potencialidades de um grupo. Nesse sentido, a área jurídica apresenta algumas peculiaridades, como pontua Nobre (2009), que a área apesar de ter raízes profundas na história, se posiciona atrás em relação às demais áreas das ciências sociais. Oliveira (2020, p. 137) apresenta as particularidades do desenvolvimento de coleções jurídicas sobre alguns aspectos, tais como “a preferência do usuário em relação ao uso do papel ou da informação eletrônica e as fontes de informação não oficiais”. Ademais, os avanços dos programas de pós-graduação e os avanços tecnológicos aplicados à produção científica, também se tornam desafios para a área jurídica.

Ainda antes da pandemia, esse cenário altera-se mediante a oportunidade de uso dos meios digitais, como afirma Cirino *et al.* (2019) quando ressalta que o avanço da tecnologia e dos meios de comunicação, aumentam as oportunidades para os cientistas. O desenvolvimento tecnológico, a partir das inovações disseminadas, expande de forma exponencial o alcance da comunicação científica.

A diversificação dos meios (tecnológicos) de comunicação podem ser consideradas ferramentas adaptadas continuamente para a melhoria do processo de disseminação de informações, tanto para quem desenvolve as inovações, quanto para os usuários (ASSUNÇÃO, 2023).

Nesse contexto de avanço, destaca-se a figura do bibliotecário jurídico, enquanto um profissional da informação, que atua nas bibliotecas jurídicas, universitárias, bibliotecas de órgãos governamentais e bibliotecas de escritórios de advocacia, mediando a relação entre a informação jurídica e os usuários dessas informações.

O periódico produzido para a área jurídica seja ele com o foco no mercado jurídico como um todo, ou de caráter científico, com editoração e normas voltadas para a publicação de textos relativos a estudos, pesquisas, ensaios, entre outros, foram favorecidos pelo avanço tecnológico e o acesso digital aos seus conteúdos, tanto no momento da publicação desses materiais, como na sua disseminação e utilização.

Lançando um foco sobre as informações jurídicas em periódicos científicos e a utilização dessas fontes de informação pelos bibliotecários e, considerando a prática profissional das autoras deste artigo, surgem questionamentos: os bibliotecários jurídicos utilizam os periódicos científicos na sua prática profissional? Qual é o papel dos bibliotecários na disseminação do uso destes periódicos?

Assim, visando a compreender melhor estas questões e ampliar o debate sobre o tema, realizou-se uma pesquisa qualitativa, com bibliotecários da área jurídica, solicitando informações aos membros de grupos especializados de trabalho na área.

A pesquisa teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre o uso de periódicos científicos pelos bibliotecários da área jurídica, como fonte de informação na sua prática profissional. Para embasamento teórico no tema proposto, serão apresentados, a seguir, os conceitos e a importância de se utilizar de produções científicas na área do direito.

2 O CONTEXTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DO DIREITO

O que confere credibilidade à produção científica é que esta difere-se do senso comum por ser sistemática, “configurando grande esforço em etapas que fazem com que as diversas teorias se articulem entre si [...] e construam novos conhecimentos [...] respaldados em um texto compromissado com a veracidade dos fatos e sem vieses” (ASSUNÇÃO, 2023).

A “Comunicação científica” é definida no Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação (PINHEIRO; FERREZ, 2014, p. 68) como:

Todo espectro de atividades associadas com a produção, disseminação e uso da informação, desde a busca de uma ideia para a pesquisa, até a aceitação da informação sobre os resultados dessa pesquisa como componente do conhecimento científico.

O processo de comunicação científica é caracterizado por três etapas: a primeira, em que os cientistas produzem informação (produção científica); a segunda, na qual eles inserem a informação produzida em algum canal de divulgação (comunicação científica), e a terceira, que corresponde à recuperação das informações nos diversos canais (BORKO, 1968;

MEADOWS, 1999; ASSUNÇÃO, 2023). Portanto, a comunicação científica abrange o processo desde a produção até a disseminação e o uso da informação.

Segundo Meadows (1999) a comunicação do conhecimento científico “situa-se no próprio coração da ciência” e é “tão vital quanto a própria pesquisa”. “A comunicação científica integra o processo de produção e desenvolvimento da ciência, tão vital como a fase de coleta e análise dos dados” (CARIBÉ, 2015, p. 90). Assunção (2023) reitera que “a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica”, permitindo o acesso aos resultados de uma pesquisa por toda a sociedade.

Considerando neste artigo a etapa de divulgação científica, tem-se que os canais de disseminação da comunicação científica podem ser informais ou formais. O canal informal pode ser entendido, de acordo com Medeiros (1984, p. 114), como um “canal de comunicação onde as informações são transmitidas diretamente, pessoa a pessoa, através de contatos interpessoais, telefonemas, cartas e reuniões científicas”. Já os canais formais são amplamente divulgados e reconhecidos, com informações registradas em suporte, como os periódicos científicos, objeto desse artigo. Já os canais formais, representam a formalização da ciência e tem aspectos abrangentes (MEADOWS, 1999; LE COADIC, 1996; ZIMAN, 1979). Por meio dos canais formais tem-se ampla divulgação e reconhecimento da investigação científica executada.

Para Meadows (1999), livros, periódicos científicos, congressos e conferências são os principais canais de divulgação da pesquisa, sendo avaliados por critérios que atestam sua credibilidade.

O sistema de revisão por pares (*peer review*) é uma das estratégias utilizadas para manter a qualidade dos artigos prezando pelas boas práticas, visando a assegurar os padrões de qualidade e validade científica das publicações (ASSUNÇÃO, 2023, p. 76).

Essa premissa é importante, uma vez que as instituições do direito devem se valer impreterivelmente de informações consistentes e validadas. Dentre as particularidades da pesquisa na área do direito, conforme Spera e Mugnaini (2019) refletem “vão além da ancestralidade e de um suposto tecnicismo do campo, avançando também sobre tipos documentais característicos de sua produção científica”. Sobretudo, levando em consideração que a documentação e informação jurídicas têm suas principais fontes relacionadas a três categorias: doutrina, jurisprudência e legislação.

De acordo com Ferreira e Maculan (2018, p. 295) a categoria “doutrina”, é a que em mais se concentram os artigos científicos. As autoras ressaltam ainda que:

Uma característica importante dessas fontes é a integração e a influência recíproca entre elas. Nesse sentido, a alteração da legislação sobre um tema muda o entendimento dos tribunais, que produzem a jurisprudência. Da mesma forma, as decisões jurisprudenciais interferem nas alterações legislativas e doutrinas jurídicas e estas repercutem na escolha, pelos operadores do Direito, de determinada fundamentação científica para a elaboração de projetos de lei e para a defesa de teses jurídicas na esfera judicial (FERREIRA; MACULAN, 2018, p. 281).

Spera e Mugnaini (2019) acrescentam outra peculiaridade na produção da área, que é reflexo da "arraigada prática profissional e teoria" trazida por Nobre (2009), fazendo com que, de fato, as publicações da produção do direito tragam os outros tipos de fontes em seções especiais como para jurisprudência e pareceres; por vezes, dificultando o entendimento e a avaliação da literatura da área.

Possivelmente os especialistas da área chegarão a concluir que tanto “pesquisas profissionais” quanto “pesquisas acadêmicas”, sejam artigos científicos, livros, capítulos de livros, *working papers*, ou pareceres, sejam passíveis de representar, em seu conjunto, a produção intelectual do campo, sendo, porém, relevadoras de conhecimentos de natureza distinta. Neste sentido é que caberá à área do Direito, de início, caracterizar e nomear claramente cada categoria de produção, estabelecendo sua relevância para o desenvolvimento científico do Direito: livros, capítulos de livros, artigos de periódico, pareceres e outros mais (SPERA; MUGNAINI, 2019).

Considerando este cenário e, que na área jurídica, os bibliotecários possuem competências para atender ao seu público, que é exigente (MARKS, 2019), torna-se importante compreender melhor seu papel no uso e na divulgação de informações confiáveis, assim como dos periódicos científicos.

3 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO

Segundo Le Coadic (1996, p. 26), cabe à Ciência da Informação “a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação; e a concepção de produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso.” Portanto, o profissional bibliotecário, tem entre as suas funções, a identificação de fontes confiáveis de informação e sua disseminação junto aos usuários.

Considerando a definição de Passos “o bibliotecário jurídico é o profissional que facilita o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente”. Suas competências variam “[...] de acordo com o local em que trabalha ou mesmo em relação à sua especialização” (PASSOS, 2005, p. 32). Atienza (1979) destaca que:

A eficiência do bibliotecário de documentação jurídica depende de conhecimentos do mecanismo legal do país; destreza no manejo dos índices e ementários impressos de legislação e jurisprudência; exatidão e atualidade dos índices e fichários elaborados pelo seu próprio serviço e habilidade na interpretação dos pedidos e solicitações dos consulentes (ATIENZA, 1979, p. 20).

Ferreira e Maculan (2018) pontuam que as atribuições do bibliotecário da área jurídica,

[...] na prática incluem atividades diversas, como serviços de pesquisa em bases de dados de legislação e jurisprudência; representação temática de atos normativos e da jurisprudência; elaboração de índices de publicações; controle e atualização de normas jurídicas; indexação da literatura científica jurídica, na forma de livros, artigos e pareceres; desenvolvimento e manutenção de tesouros; atendimento ao usuário (FERREIRA; MACULAN, 2018, p. 280).

Araújo (2020) complementa que nas plataformas sociais observa-se por meio de indicadores alternativos o bom desempenho dos periódicos com presença *on-line*, demandando do profissional da informação atuação como um curador de conteúdo digital que agrega, após um processo, valor a sistemas de conteúdo que convertem dados em conhecimento explícito.

Portanto, um dos serviços a serem ofertados pelo profissional da informação, especificamente na área jurídica, seria a realização de pesquisas, nas quais, poderiam ser utilizados os periódicos científicos (inclusive eletrônicos) como fontes confiáveis de informação, bem como o incentivo para a prática e uso dessas fontes aos seus pares (bibliotecários) e usuários (assessores jurídicos, advogados, promotores).

É importante considerar que um dos fatores para o uso dos periódicos científicos pelos bibliotecários jurídicos, é que os mesmos procuram confiabilidade para as fontes de informação, e, além disso, preocupam-se com os modelos de interfaces, tipos de ferramentas de busca, conteúdos e formas de interação com as informações jurídicas disponíveis em cada uma das diversas fontes existentes. O desenvolvimento de produtos e serviços de informação não deve se preocupar apenas em fornecerem informações

relevantes para as áreas de interesse dos usuários, como também disponibilizar os resultados em formatos que aumentem sua usabilidade (ASSUNÇÃO, 2023).

Levando em conta o exposto, acredita-se que o bibliotecário tem um papel fundamental na colaboração para a divulgação científica. É notória a necessidade de o profissional bibliotecário estar atualizado, o que estará refletido diretamente nas pesquisas de sua prática profissional, inclusive no que refere-se à organização do conhecimento.

Portanto, esse referencial teórico embasa a triangulação com os resultados da pesquisa proposta para identificar o uso de periódicos científicos por bibliotecários como fonte de pesquisa para a área jurídica.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa caracteriza-se como pesquisa exploratória, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2011), uma pesquisa qualitativa estuda fenômenos humanos a partir de uma realidade social partilhada entre semelhantes, não traduzida em números e indicadores, mas parte de um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Sua natureza exploratória pretende familiarizar-se com o problema compreendendo os vários aspectos possíveis relativos ao caso em estudo.

A metodologia foi baseada em pesquisa de campo, sendo efetivada entre membros de grupos profissionais de atuação bibliotecária na área jurídica, com as seguintes etapas:

- a) População e amostra: a amostragem foi intencional por conveniência, considerando grupos de bibliotecários jurídicos. O convite para participação foi encaminhado para um universo de aproximadamente 45 participantes, dos quais obteve-se o retorno de 10 questionários, de diferentes instituições e em diferentes estados da federação brasileira.
- b) Coleta de dados: os participantes foram convidados a responder a um questionário on-line, com perguntas abertas e fechadas, disponibilizado pelo google formulários, que ficou disponível por 30 dias. Em relação às categorias na coleta de dados, esta pesquisa procurou coletar informações sobre aspectos como: a área de atuação dos participantes (pública ou privada); o uso, ou não, de periódicos; conhecimento e treinamentos no tema; há quanto tempo utilizam periódicos; se ao utilizarem, eram satisfatórios; como realizavam a pesquisa (se diretamente pelo sumário ou por indexadores); se apresentavam para outros

usuários; o conhecimento da divulgação dos periódicos em redes sociais; sobre o conhecimento do processo de publicação nestes periódicos.

- c) Organização, tratamento e análise dos dados: após o fechamento do questionário para respostas, todos os dados foram exportados para uma planilha eletrônica a fim de fazer as análises e interpretações. O tratamento ocorre na condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (MOZZATTO; GRZYBOVSKI, 2011).

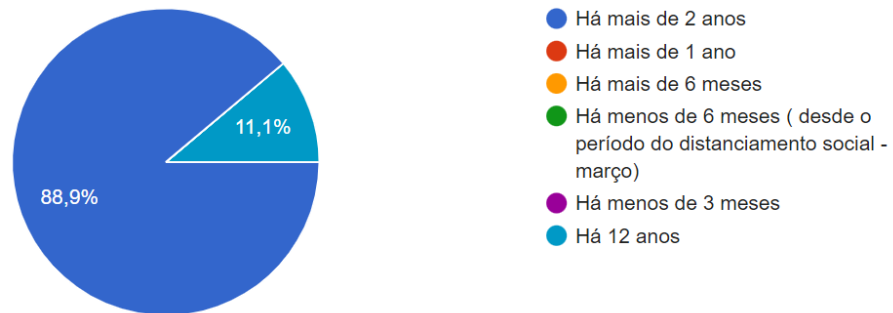
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS PARCIAIS

O perfil dos participantes é de bibliotecários atuantes na área jurídica brasileira, sendo 70% da área pública e 30% da área privada. Dentre as instituições estão duas universidades, uma federal e outra estadual, cinco órgãos públicos (Tribunais de Contas Estaduais e Tribunal de Justiça e Ministério Público Estadual) e três instituições privadas que são escritórios jurídicos. Cabe ressaltar que o número de respondentes é uma limitação da coleta de dados. Contudo, considerou-se a amostra significativa, tendo em vista a especificidade do público-alvo e o caráter qualitativo e exploratório da pesquisa.

Considera-se que a escolha do questionário como instrumento de coleta e levantamento de dados, sobre o uso dos periódicos por bibliotecários jurídicos foi uma ferramenta importante para despertar reflexão e transformação no seu fazer diário. Em relação ao uso dos periódicos científicos, as respostas foram quase unânimes, sendo que apenas um participante declarou que não os utiliza.

Observa-se, no gráfico 1, que os participantes informaram que utilizam dessa fonte de informação há mais de dois anos e que já citam o uso das versões digitais, o que pode demonstrar o início de uma mudança de preferência de acesso aos conteúdos jurídicos. O bibliotecário respondente que não utiliza periódicos científicos relata que conhece o processo, porém, não conhece periódicos que atendam às especificidades da sua área de atuação no mercado de trabalho, que é privado (um escritório de advocacia). Reforçando a ideia do uso dos periódicos como suporte para ampliação das respostas às pesquisas jurídicas.

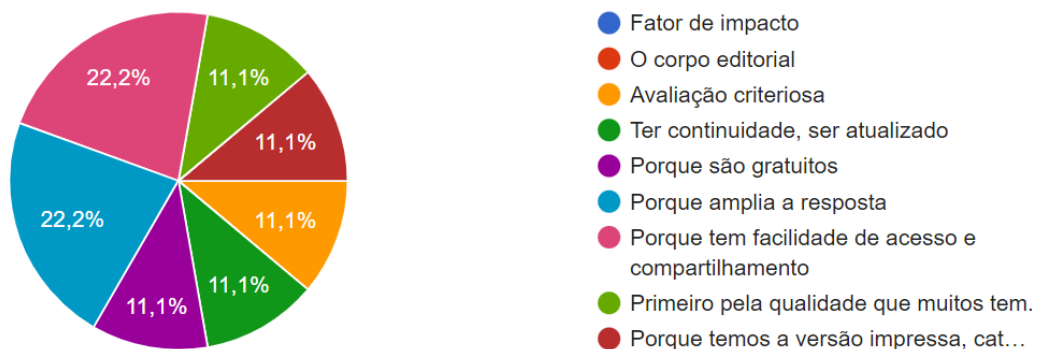
Gráfico 1 - Utilização do periódico científico



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quando questionados sobre os motivos para escolha dos periódicos, as respostas ficaram bastantes pulverizadas, conforme apresentadas no Gráfico 2. Foram apresentadas sete possibilidades de respostas, sendo que os bibliotecários também poderiam acrescentar outras. Desta forma, além das sete alternativas, houve dois acréscimos de respostas: (8) pela qualidade e (9) porque possuem a versão impressa, totalizando nove motivos.

Gráfico 2 - Motivos para a escolha dos periódicos científicos



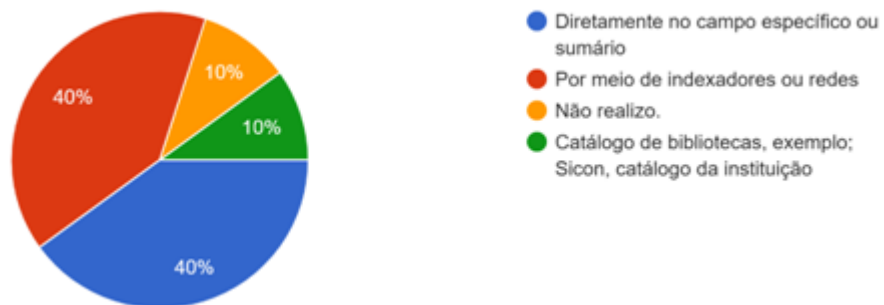
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Destacam-se como motivos mais citados: a possibilidade de ampliação das respostas e a facilidade de acesso e compartilhamento. Três critérios tiveram uma resposta cada: sobre a avaliação criteriosa, ter continuidade e o fato de ser gratuito. Dentre as alternativas, duas não foram selecionadas: fator de impacto e corpo editorial.

De acordo com as respostas, percebe-se que os bibliotecários jurídicos reconhecem que encontram resultados satisfatórios em suas buscas e que estes atendem com qualidade. Entretanto, mencionam a variação dos resultados das buscas, conforme o assunto pesquisado, no que diz respeito, principalmente, à cobertura dos assuntos solicitados em determinada base, revista ou portal.

Em relação à forma de pesquisa, predominam de forma equivalente as buscas por meio de indexadores e por sumário, conforme apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Pesquisa dos periódicos



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Cabe ressaltar que alguns bibliotecários tiveram dúvidas sobre o conceito de periódicos científicos, uma vez que citaram outros tipos de periódicos no espaço reservado para listar os periódicos científicos usados por eles no seu trabalho. Muitos bibliotecários, ao citarem os periódicos que utilizam, listaram periódicos eletrônicos de forma geral e não somente os científicos, demonstrando, ainda, uma confusão em relação a esses formatos de publicação. Enquanto outros, por exemplo, citaram somente periódicos produzidos pela própria instituição.

Apresenta-se no Quadro 1, o resumo dos principais tipos de periódicos citados com alguns exemplos (não foi considerada ordem de preferência e nem listados os títulos).

Quadro 1 - Periódicos jurídicos citados pelos bibliotecários

Periódicos Comerciais (adquiridos por assinatura)	Periódicos Institucionais (órgãos públicos ou privados) que produzem periódicos	Periódicos Científicos - Ligados aos Programas de Pós-Graduação em Direito
Bibliotecas ou Serviços de banco de dados digitais (Biblioteca, Hein Online, Jstor, Lex Magister, Press Reader, Thomson Reuter,)	Federais (Por ex. TRF, TRT) Organização (OAB)	Universidades Estaduais (Por exemplo UERJ, UEL, Unicamp)
Editoras (Exemplos Fórum, LTr, RT, Saraiva, Síntese)	Estaduais (Assembleias Legislativas, Escolas de magistratura, Procuradorias, Tribunais)	Universidades Federais (Por exemplo UFMG, UFRJ, UFSC)
Instituições (Infolegis, IBCrim, Tribunais)	Municipais (Institutos de Direito, Procuradorias, Tribunais de Contas)	Universidades Privadas (Por exemplo Dom Helder Câmara, FGV, PUC)

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No próximo Quadro, apresenta-se alguns dos sites específicos para a localização e pesquisa de periódicos jurídicos citados pelos respondentes como os mais utilizados pelos

bibliotecários, tanto para a busca por periódicos técnicos e institucionais quanto comerciais e científicos.

Quadro 2 - Sites específicos para localização de periódicos jurídicos

Sites	Endereço eletrônico
Consórcio BDJur	https://consorciobdjur.stj.jus.br/vufind/
Biblioteca de Direito da Câmara dos Deputados	https://encurtador.com.br/kyQ02
Portal Capes	https://www.gov.br/capes/pt-br
CJF	https://www.cjf.jus.br/cjf/
Repositório Universidades	https://encurtador.com.br/ehOTX
Biblioteca de Direito do Senado Federal	https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca
LexML	https://www.lexml.gov.br/
STF e STJ	http://www.stj.jus.br e https://portal.stf.jus.br/
Infolegis	http://www.infolegis.com.br/

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação aos treinamentos para usuários sobre pesquisas em bases de dados, e periódicos, a maioria dos participantes relata que ocorrem treinamentos na instituição em que trabalham. Há grande variação em relação à periodicidade de ocorrência dos treinamentos, que vão desde ocorrências eventuais, quando há novas contratações, em alguns casos semestral, e em outros mais recorrentes quando possuem assinatura em alguma plataforma. Todavia, percebe-se que os treinamentos aos quais se referem não se tratam do tema “periódicos científicos” especificamente, mas, de periódicos eletrônicos de modo geral. Esse fato pode ser confirmado quando verifica-se que a maioria do grupo (7), responde que desconhece ou nunca participou, nem do processo editorial, nem de treinamento de busca em bases de dados específicas que abrigam esses periódicos. Apenas 30% dos bibliotecários participantes têm conhecimentos básicos ou participou, de alguma forma, do processo editorial, entre eles, apenas um participante respondeu que participa ativamente como editor e autor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se, a partir da coleta de dados e da análise dos resultados, que os bibliotecários jurídicos participantes dessa pesquisa exploratória, utilizam periódicos científicos para pesquisa na sua prática profissional, demonstrando que esses periódicos são importantes aliados para a qualidade da pesquisa e a ampliação de possibilidades de respostas para suas buscas.

As respostas obtidas apontam para uma maior utilização de periódicos científicos, principalmente, em suas versões eletrônicas. Mas, ainda existe muito a ser trabalhado em relação a esse público para a incorporação com mais propriedade sobre a importância, relevância e diferença que fará a utilização dessas fontes de informação científicas.

Nesse sentido, pode-se dizer que a participação do bibliotecário jurídico ainda se mostra incipiente na comunicação científica, apesar de grande potencial de ser um disseminador da pesquisa científica jurídica.

As conclusões das respostas levam à reflexão: da importância do incentivo no ensino que deem ênfase à ciência, às informações de acesso aberto e à valorização da pesquisa científica jurídica; da oferta de treinamentos direcionados às pesquisas nestes periódicos, pois a maioria das respostas sobre a existência de cursos e treinamentos foi voltada para os periódicos jurídicos comerciais, ou seja, por assinatura.

Percebe-se que há uma lacuna no que diz respeito à utilização e divulgação dos principais periódicos científicos jurídicos para os profissionais bibliotecários da área jurídica em todo o Brasil e, da participação do bibliotecário nos processos editoriais dos periódicos, por isso, fica registrada a possibilidade de pesquisas futuras que aprofundem e auxiliem na busca de alternativas para essa disseminação de conhecimento.

Espera-se que este artigo contribua para a ampliação do leque de possibilidades de atendimento qualificado do bibliotecário jurídico aos seus usuários, diretos e indiretos, bem como da importância no treinamento e desenvolvimento destes profissionais, fortalecendo seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de; ARAÚJO, Celsiane Aline Vieira; CIRINO, Sergio Dias; BOEHLER, Marcella Ximenes de Mello; ARRUDA, Renata Kelly de. Marketing científico digital e práticas de comunicação e divulgação de portais de periódicos: notas de uma primeira incursão. In: SILVEIRA, Lúcia da; SILVA, Fabiano Couto Côrrea da (org.). **Gestão editorial de periódicos científicos** [recurso eletrônico]: tendências e boas práticas. Florianópolis: BU Publicações/UFSC: Edições do Bosque/UFSC, 2020. cap. 7, p. 137-222

ASSUNÇÃO, Yluska Bambirra. **Produção de conhecimento científico no ensino superior: contribuições da Ciência da Informação e recursos educacionais**. 2023. 174f. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. p. 103.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968. (Tradução Livre).

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 89-104, 2015.

CIRINO, Sérgio Dias; ARRUDA, Renata Kelly de; VALE, Maria Júlia Andrade; SANTA ANNA, Jorge; ANGELO, Edna da Silva; TORRES, Pedro Henrique Ribeiro. Política pública de periódicos científicos para o Estado de Minas Gerais (Brasil). In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 8., 2017, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: EDICIC, 2017. p. 135-146. Disponível em: <http://sci.uc.pt/eventos/atas/edicic2017.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Panorama sobre as fontes de informação jurídicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 279-303, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1106>. Acesso em: 26 set. 2020.

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MARKS, Maria Aparecida de Assis. (RE) Elaborando a pesquisa jurídica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICAS, 6.,. **Relatório final ...** Acesso na internet: https://abdf.org.br/gidi/images/relatorio_final_sndij.pdf Acesso em: 10 de maio de 2021.

MEADOWS, Arthur Jack. **A Comunicação científica**. São Paulo: Briquet de Lemos, 1999.

MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. **Levantamento e análise da terminologia brasileira em ciência da informação**. 1984. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) —Universidade de Brasília, Brasília, 1984.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 108.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, Jul./Ago. 2011.

NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. **Cadernos Direito GV**, São Paulo, n. 1, p. 3-19, set. 2009.

OLIVEIRA, Anastácia. Particularidades do desenvolvimento de coleções jurídicas. **Cadernos de Informação Jurídica (Cajur)**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 136-156, 2020. Disponível em: <https://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/260>. Acesso em: 2 set. 2020.

PASSOS, Edilenice. O Futuro da Biblioteca Jurídica. **Infolegis**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 12-43, 2005. Disponível em: http://www.infolegis.com.br/wa_files/futuro-biblioteca-juridica.pdf. Acesso em: 9 jun. 2017.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014. p. 384.

SPERA, Henrique Baraldi; MUGNAINI, Rogério. Características a produção científica em direito: desafios para a avaliação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ENANCIB, 2019.

VANTI, Nádia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.

ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Tradução de Regina Regis Junqueira. São Paulo: Itatiaia, 1979.